

Sumário

Acesso à Informação	1
Acesso à Justiça.....	5
Admissibilidade	9
<i>Amicus Curiae</i>	13
Aquiescência.....	15
<i>Ato Ultra Vires</i>	19
Ato Unilateral.....	21
Autoridade Competente	25
Autoridade Imparcial.....	29
Autoridade Independente	33
Boa-Fé dos Estados.....	37
Boas Práticas	39
Competência (<i>Ratione Loci, Ratione Materiae, Ratione Personae, Ratione Temporis</i>)	43
<i>Corpus Iuris</i> Internacional	45
Controle de Convencionalidade	47
Cooperação Internacional	51
Decisão Devidamente Motivada e Fundamentada.....	55
Demora Injustificada	57
Devida Diligência	59
Devido Processo Legal	61
Diálogo entre Cortes	63
Dignidade Humana.....	67

Direitos Humanos (Características: Indivisibilidade, Interdependência, Inter-Relação)	71
Discriminação (Direta, Indireta, Múltipla, Estrutural e Interseccional)	75
Esgotamento dos Recursos Internos.....	79
Exceções Preliminares	81
Extraterritorialidade	83
Falta de Caracterização.....	87
Finalidade Legítima	89
Funções Consultiva e Contenciosa	93
Garantias Judiciais.....	95
Garantias de Não Repetição.....	97
Gozo Pleno e Efetivo dos Direitos.....	99
Graves Violações de Direitos Humanos	103
Inércia Estatal.....	105
Integridade Pessoal	107
Interpretação Evolutiva, Literal, Sistemática e Teleológica	111
Interseccionalidade	115
Investigação Adequada (de Ofício, Efetiva, Imparcial, sem Dilação).....	119
Investigações <i>In Loco</i>.....	123
Juízes <i>Ad Hoc</i>	125
Justiciabilidade.....	127
<i>Jus Cogens</i>	131
Justiça Transicional.....	135
Leis.....	137
Litispêndia	141
<i>Locus Standi In Judicio</i>	143
Marco Fático (e Limite)	147

Margem de Apreciação.....	149
Medidas Cautelares	153
Medidas Provisionais	157
Obrigação <i>Erga Omnes</i>	159
Obrigação Negativa.....	161
Obrigação Positiva	163
Opinião Consultiva	165
Peticionante.....	167
Prazo Razoável	169
Princípio da Complementaridade	173
Princípio <i>La Compétence de La Compétence</i>	177
Princípio da Distinção	179
Princípio do Estoppel.....	181
Princípio da Igualdade e da Não Discriminação	183
Princípio <i>Iura Novit Curia</i>	185
Princípio da Legalidade e Retroatividade	187
Princípio da Precaução	189
Princípio da Legalidade	193
Princípio <i>Pro Persona</i>	197
Princípio da Proporcionalidade	199
Princípio da Razoabilidade.....	201
Princípio da Subsidiariedade.....	203
Quarta Instância	205
Recurso Administrativo	209
Recurso Idôneo e Efetivo.....	211
Reparação Integral	213

Responsabilidade Internacional	215
Restrição de Direitos	217
Risco Real e Imediato (de Violações)	219
Sanção Administrativa.....	221
Sanção Judicial	223
Soluções Amistosas	225
Suspensão de Direitos	227
Uso da Palavra da Vítima.....	231
Violação Continuada ou Ininterrupta.....	235
Violação Complexa	237
Violação Múltipla	239
Vulnerabilidade.....	241
Autoras e Autores	245
Revisoras e Revisores	249